

VERON=24/13

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 02/12/2013

Presidente



OF/CTL/SEEG nº 336/2013.

Curitiba, 26 de novembro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 02 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 274/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 6/2013, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 6/2013, de autoria parlamentar, objetiva destinar às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular, conforme especifica.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de razões de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, pois viola a gênese do contido no inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual. Vejamos:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."

Ademais, a COHAPAR mostrou-se desfavorável à proposta considerando que criaria um privilégio de difícil regulamentação, neste momento, além de a Secretaria de Estado da Segurança Pública ter recomendado que a proposta legislativa deveria ser melhor discutida no âmbito dos órgãos do Executivo Estadual.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.871.315-0



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Todavia, considerando a existência da legislação no Estado que "destina às "mulheres chefes de família" que atendam aos requisitos que especifica, 20% das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular", Lei nº 15.301 de 04 de outubro de 2006, o objeto do presente projeto pode ser regulamentado juntamente com o objeto constante na lei supracitada, no sentido de também contemplar as mulheres vítimas de violência doméstica, nos moldes do projeto em tela, haja vista a intenção de efetivação por parte do Poder Executivo ante a relevância social da medida.

Por todo exposto, esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a Vossa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Projeto de Lei nº 6/2013
(Autoria do Deputado Pedro Lupion)

Destina às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Todos os programas de loteamentos sociais e de habitação popular do Estado do Paraná deverão designar no mínimo quatro por cento de suas unidades para as mulheres vítimas de violência doméstica que preencham os demais requisitos estabelecidos para concessão pelos órgãos competentes.

§ 1º Para os efeitos desta Lei são consideradas mulheres vítimas de violência doméstica aquelas que se enquadram nas hipóteses elencadas na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º A comprovação da condição estabelecida no art. 1º desta legislação far-se-á mediante:

I – a apresentação do competente Boletim de Ocorrência, expedido pelo Distrito Policial;

II – havendo ação penal instaurada em face do agressor, deverá ser apresentada a competente certidão, emitida pelo Poder Judiciário;

III – relatório elaborado por assistente social;

IV – comprovação de tramitação do inquérito policial instaurado ou certidão de tramitação de ação penal instaurada.

§ 1º A documentação exigida nesta legislação deverá ser entregue no ato da inscrição da mulher vítima de violência doméstica no programa de loteamento social e/ou de habitação popular.

Art. 3º Não fará jus aos benefícios previstos nesta legislação a mulher que se utilizar do direito de renunciar a representação, conforme estabelecido no art. 16 da Lei Federal nº 11.340, de 2006.

Art. 4º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados da data da sua publicação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



SEEG

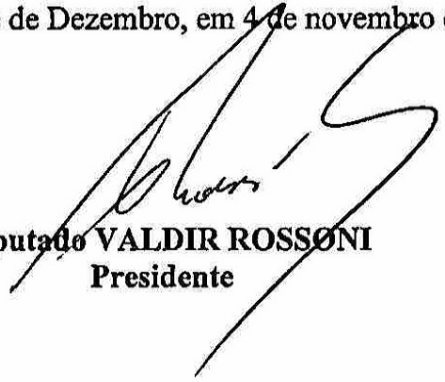
Fls. 16

fls.2.

Projeto de Lei nº 6/2013

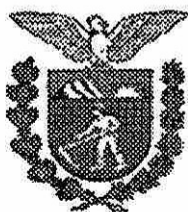
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 4 de novembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 24/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 24/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veto o Projeto de Lei nº 06/2013, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que destina às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habilitação popular.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 06/2013, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que destina às mulheres vítimas de violência doméstica, que atendam aos requisitos que especifica, quatro por cento das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 06/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **06 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 24/2013, foi exarada em data de **26 de Novembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 9 de Dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DER. ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO

10/12/13

Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

VEJO Nº 25/13

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 8/2013, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei Complementar nº 008/2013, de iniciativa parlamentar, altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, cujo teor transcreve-se abaixo:

“Art. 1º Altera a súmula, o art. 3º e o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: dispõe sobre a repartição do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.

(...)

Art. 3º Os municípios contemplados na presente Lei pelo critério de mananciais são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas e mananciais de abastecimento público atual para municípios vizinhos, e aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de áreas de interesse de mananciais de abastecimento público reconhecidas por decreto estadual.

Art. 4º A repartição de cinco por cento do ICMS ecológico a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita a seguinte maneira.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.”

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de razões de

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 13.012.351-1

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em 09/12/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

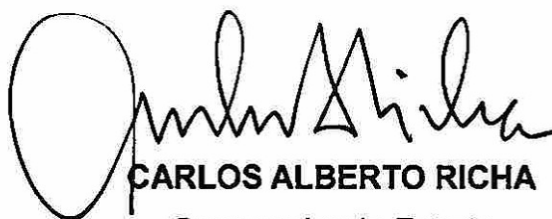
falta de interesse público porque, durante o trâmite do Projeto de Lei pelo Poder Executivo, a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria de Proteção Ambiental e Outros Interesses Difusos ou Coletivos, bem como o Instituto das Águas do Paraná, Autarquia vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente se manifestaram de forma contrária ao Projeto de Lei Complementar apresentado.

Também foi levado em conta que, em relação aos 5% do ICMS a serem repartidos entre os municípios, caso o Projeto de Lei em exame fosse sancionado, haveria ampliação do rol de municípios beneficiados, implicando em redução significativa do valor a ser recebido por aqueles que já sofrem restrições no uso e na ocupação do seu território em prol do abastecimento público de municípios vizinhos e não do abastecimento de sua população.

Dessa forma, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 008/2013, por entender que contraria o interesse público, lembrando que a sanção desse projeto de lei complementar acarretaria em impacto financeiro negativo em todos os municípios cuja receita atualmente é composta majoritariamente pelos recursos oriundos da repartição do ICMS Ecológico.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SEEG

CTL

Fis.

03

Projeto de Lei Complementar nº 8/2013 (Autoria do Deputado Francisco Bühler)

Altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.



A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Altera a súmula, o art. 3º e o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: dispõe sobre a repartição do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.

(...)

Art. 3º Os municípios contemplados na presente Lei pelo critério de mananciais são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas e mananciais de abastecimento público atual para municípios vizinhos, e aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de áreas de interesse de mananciais de abastecimento público reconhecidas por decreto estadual.


Art. 4º A repartição de cinco por cento do ICMS ecológico a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita a seguinte maneira:”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 12 de novembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 25/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 25/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veto o Projeto de Lei Complementar nº 08/2013, de autoria do Deputado Francisco Buhner, que altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar nº 08/2013, de autoria do Deputado Francisco Buhner, que altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o Projeto de Lei Complementar nº 08/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **19 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 25/2013, foi exarada em data de **05 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 16 de Dezembro de 2013.

[Handwritten signatures]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
[Handwritten signature]
DEP. PEDRO LUFION
RELATOR
[Handwritten signature]
APROVADO
16.12.13 *[Handwritten initials]*
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 57/2013

Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional e pessoas acompanhadas de crianças de colo com até dois anos de idade, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade aos beneficiários.

§ 1º As vagas a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

§ 2º A utilização das vagas será feita mediante o uso de adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local.

§ 3º A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente através de comprovação de uma das condições previstas no *caput* deste artigo junto à autoridade de trânsito.

§ 4º O adesivo de identificação a que se refere este artigo terá validade pelo período de 24 (vinte e quatro meses),

compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante, iniciando-se da data da constatação da gestação.

§ 5º O período de validade deve constar de forma visível na parte frontal do adesivo, indicando o início e o fim da vigência do benefício, com destaque para o mês e ano da concessão e do vencimento.

Art. 2º As vagas a que se refere o *caput* do art. 1º desta Lei devem possuir maior dimensão em relação às vagas normais de estacionamento, exceto quando o local destinado ao estacionamento não possuir área que possibilite a fixação de vaga em tamanho maior.

§ 1º As vagas especiais de estacionamento devem possuir, no mínimo, um terço a mais de área em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 2º A localização das vagas especiais de estacionamento deve ser escolhida tendo em conta a facilidade de acesso, a proximidade com as áreas de maior interesse na localidade e a localização dos meios de circulação de pedestres.


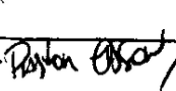

Art. 3º O uso de vagas destinadas às gestantes em desacordo com o disposto nesta Lei caracteriza infração prevista no inciso XVII do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro.

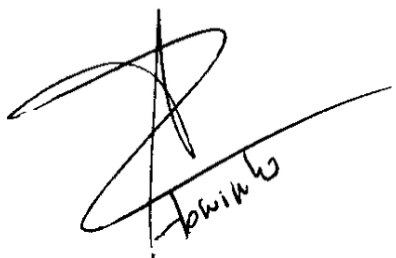
Art. 4º O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável legal pelo estacionamento à multa de dez a cem UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná) por infração, fixando-se a multa no mínimo em caso de primariedade e no máximo em caso de reincidência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte dias) após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator  


Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 689/2013

Institui a Semana de Conscientização e Combate à AIDS na Terceira Idade, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de dezembro.

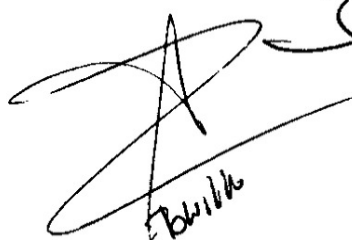
Art. 1º Institui a Semana de Conscientização e combate à AIDS na Terceira Idade, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de dezembro.


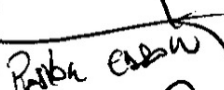
Art. 2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.


Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Edivaldo


Relator 


Dorel



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 789/2013

Altera a Lei nº 10.853, de 5 de julho de 1994,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.853, de 5 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Sucesso, com sede no Município de Bom Sucesso e foro no Município de Jandaia do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI

Presidente

Relator *Bislin* *esba*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 790/2013

Altera a Lei nº 10.610, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.610, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

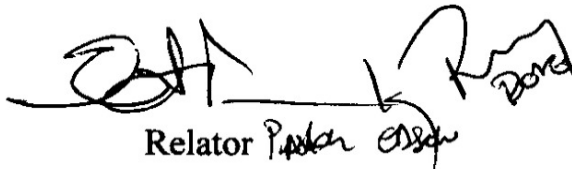
“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guairaçá, com sede no Município de Guairaçá e foro no Município de Terra Rica.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Tomillo


Relator *Paulo Cesar*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 791/2013


Altera a Lei nº 7.303, de 23 de abril de 1980,
de concessão de Título de Utilidade Pública.



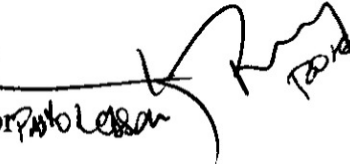
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.303, de 23 de abril de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Vera Cruz do Oeste, com sede no Município de Vera Cruz do Oeste e foro no Município de Matelândia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 792/2013

Altera a Lei nº 13.694, de 9 de julho de 2002,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.694, de 9 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sociedade do Centro de Educação Infantil Débora Dias, com sede e foro no Município de Londrina”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator *Biton* *Enzo* *Paulo*

toquinho



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 793/2013

Altera a Lei nº 10.934, de 24 de novembro de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.




Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.934, de 24 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ibaiti."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 794/2013


Altera a Lei nº 10.624, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.624, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Califórnia, com sede no Município de Califórnia e foro no Município de Marilândia do Sul.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 795/2013

Altera a Lei nº 7.331, de 10 de junho de 1980,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.331, de 10 de junho de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cafelândia, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Pôrto



Relator


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 796/2013

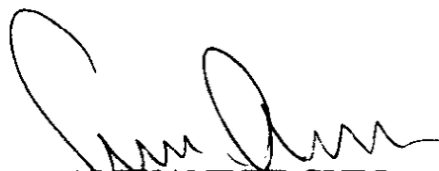
Altera a Lei nº 13.789, de 10 de setembro de 2002, de concessão de Título de Utilidade Pública.

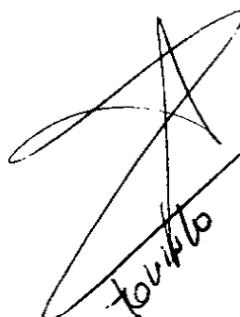

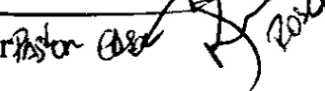
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.789, de 10 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaporema, com sede no Município de Guaporema e foro no Município de Cidade Gaúcha."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 797/2013

Altera a Lei nº 7.240, de 24 de outubro de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.240, de 24 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Rio Bom e foro no Município de Marilândia do Sul".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI

Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 798/2013

Altera a Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1976,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Deficiente, com sede e foro no Município de Ponta Grossa”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI

Presidente

Relator

PROJETO DE LEI

721/13

Súmula: dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais superficiais de abastecimento público e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS**

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes e normas para o planejamento, a conservação e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com a finalidade de abastecimento público.

§ 1º Para efeito desta Lei, definem-se mananciais superficiais de abastecimento público os corpos de água interiores fluentes, emergentes ou em reservatórios naturais ou artificiais, compreendendo a totalidade ou porções de uma bacia hidrográfica.

§ 2º Os corpos de água outorgados para fins de abastecimento público deverão ser enquadrados no mínimo como Classe 2, estipulado na Resolução nº 357/05, ou outra norma que venha substituí-la.

§ 3º A presente Lei se aplica a qualquer tipo de uso e ocupação do solo que possa interferir na qualidade da água dos corpos hídricos classificados como mananciais de abastecimento público.

§ 4º Esta Lei também se aplica a empreendimentos imobiliários, seja na forma de loteamentos, ou na modalidade de condomínios edilícios.

**CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES E FUNDAMENTOS**

Art. 2º As áreas de mananciais de abastecimento público são prioritárias para a aplicação dos princípios do pagamento por serviços ambientais, bem como na



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

aplicação de práticas conservacionistas nas áreas agrícolas.

Art. 3º As ações para a conservação e gestão das áreas de mananciais de abastecimento público devem estar integradas com a política estadual de recursos hídricos e o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, e articuladas com os Comitês de Bacia Hidrográfica e os Planos de Bacia Hidrográfica.

Art. 4º As áreas urbanas e periurbanas compreendidas nas bacias de mananciais de abastecimento público deverão ser regidas por diretrizes especiais nas leis municipais de uso e ocupação do solo e as diretrizes das Coordenações de Regiões Metropolitanas.

Art. 5º As empresas concessionárias de saneamento básico deverão dispor de Planos de Contingência para o caso de acidentes ambientais.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO, E GESTÃO DOS MANANCIAIS

Art. 6º A revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos deverá conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros.

Art. 7º Os Planos de Bacia Hidrográfica deverão conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros, na sua área de abrangência.

Art. 8º A gestão das áreas que trata esta Lei fica vinculada ao Sistema Estadual de Gerenciamento e Recursos Hídricos, por meio de instância técnica no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica correspondente.

Art. 9º O órgão gestor dos recursos hídricos do Paraná é o responsável pela gestão dos mananciais de abastecimento público, por meio de suas gerências de bacias hidrográficas.

CAPÍTULO IV DA CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS DE MANANCIAIS E ATIVIDADES PERMITIDAS

Art. 10. As bacias hidrográficas destinadas a captação de água para abastecimento público ficam divididas, de acordo com a área a montante da seção de captação, em:

§ 1º Áreas de proteção com restrição Tipo 1: compreende áreas de até 20 km² a montante da seção de captação;

§ 2º Áreas de proteção com restrição Tipo 2: compreende áreas acima de 21 km² e até 50 km² montante da seção de captação;

§ 3º Áreas de proteção com restrição Tipo 3: compreende áreas acima de 51 km² e até 150 km² montante da seção de captação;

Art. 11. Para as áreas de proteção com restrição Tipo 1 é permitida a instalação das seguintes atividades:

I. Industriais:

- a. Indústrias sem geração de efluentes líquidos no processo industrial;
- b. Indústrias sem lançamento de esgoto sanitário dentro da área de proteção;
- c. Indústrias sem geração de resíduos sólidos perigosos no processo industrial;
- d. Indústrias sem armazenamento e movimentação de produtos químicos.

II – empreendimentos imobiliários, desde que não haja lançamento de efluentes dentro da área de proteção ou dotadas de rede de coleta com tratamento de esgotos e estes lançados fora da área de restrição Tipo 1, condicionado a manter o corpo de água na classe 2 ou na classe 1.

III – Habitações unifamiliares;

IV – atividades agrícolas sem utilização de agrotóxicos.

Parágrafo único. as atividades não descritas neste artigo, deverão ao solicitarem licenciamento, comprovarem a inexistência de risco de contaminação da bacia, e a inexistência de risco de mudança de classe do corpo hídrico (classe 1 ou 2).

Art. 12. Para as áreas de proteção com restrição Tipo 2 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1 imediatamente a jusante do lançamento;

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe 2 ou na Classe 1;

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1;

Art. 13. Para as áreas de proteção com restrição Tipo 3 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1, após



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

a zona de mistura definida de acordo com estudo específico;

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe 2 ou na Classe 1 antes de alcançar a seção de captação para abastecimento público;

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe 2 ou na Classe 1 antes de alcançar a seção de captação para abastecimento público.

Art. 14. A disposição final após tratamento com a disposição em solo, nas áreas de proteção com restrição de tipo 2 e 3, dependerá de resolução conforme critérios estabelecidos pelo CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos), e pelo CEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), e observados os critérios das normas nacionais.

CAPÍTULO V DOS MANANCIAIS FUTUROS

Art. 15. O processo de aprovação de futuros mananciais de abastecimento públicos deverá seguir a tramitação abaixo descrita:

§ 1º A entidade concessionária de saneamento básico deverá apresentar solicitação de interesse e submeterá o processo ao Comitê de Bacia Hidrográfica competente.

§ 2º Após aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica o Instituto das Águas do Paraná emitirá uma outorga prévia e remeterá o processo ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP para emissão de Licença Prévia.

§ 3º Após a emissão da outorga prévia, o uso da água como manancial de abastecimento público estará sujeito à cobrança pelo direito de uso da água, conforme critérios estabelecidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

§ 4º Bacias hidrográficas já constantes quando da aprovação da presente Lei em decretos estaduais como futuros mananciais de abastecimento público também estarão sujeitas aos critérios constantes deste artigo.

§ 5º O monitoramento qualitativo e quantitativo dos mananciais futuros será feito a expensas da entidade outorgada e remetido periodicamente ao Instituto das Águas do Paraná e ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, sendo que a periodicidade e os critérios serão previstos em resolução.

CAPÍTULO VI DAS SANÇÕES

Art. 16. Independente das sanções já previstas em lei, o descumprimento das normas previstas nesta Lei implicará ao infrator as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – embargo, suspensão imediata das atividades, ou demolição;
- III – multa.

§ 1º as penalidades podem ser aplicadas em separado ou em conjunto, sendo os valores e o procedimento objeto do decreto regulamentador.

§ 2º em todas as situações o Instituto das Águas do Paraná deverá elaborar um termo de ajuste de conduta com o infrator com prazos e procedimentos para a regularização, bem como a reparação do dano que porventura tenha acontecido, agravado nos casos de paralização total ou parcial dos serviços de abastecimento público de água.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 17. Ficam alterados os artigos 2º, 3º e 4º da Lei 12.248, de 31 de julho de 1998, passando os mesmos a vigorarem com a seguinte redação:

"Art. 2º ...

I - Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba - CGM, órgão colegiado, é parte integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no âmbito do Comitê de Bacia do Alto Iguaçu/Alto Ribeira, com poderes consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de elaborar políticas públicas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e acompanhar sua implementação;

...

Art. 3º O Sistema instituído por esta Lei será coordenado pelo Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -SEMA, com a participação dos municípios e dos demais agentes intervenientes em ações de proteção aos mananciais públicos e privados, que terão em conjunto, papel de implementar esta Lei e as políticas aprovadas pelo Comitê de Bacia Alto Iguaçu/Alto Ribeira, e pelo Conselho previsto no inciso I do art. 2º desta Lei.

Art. 4º A composição do Conselho Gestor será definida por meio de regulamento, observado os critérios previstos na Lei nº 12.726 de 26 de

novembro 1999.

Parágrafo único. A composição do Conselho Gestor existente na data da publicação da presente Lei será mantida até a regulamentação prevista no caput deste artigo."

Art. 18. Ficam revogados os artigos 6º, 9º, 10 a 17, 23 e 24 da Lei nº 12.248, de 1998.

Art. 19. Os empreendimentos, obras, e demais atividades existentes nas áreas de proteção previstas nesta Lei deverão apresentar plano de adaptação com o órgão licenciador em até vinte e quatro meses a contar da data de sua publicação.

Art. 20. Esta Lei será regulamentada em até cento e oitenta dias após sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8.935, de 07 de março de 1989.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em 02/12/2013

Presidente



MENSAGEM

Nº 164/2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 03 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer diretrizes e normas para o planejamento, a conservação e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com a finalidade de abastecimento público, conforme específica.

Os mananciais de abastecimento público são áreas de interesse especial já que são responsáveis pelo fornecimento de água para as populações. Uma definição sobre esta região é a de que “*manancial é a fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. As áreas contendo os mananciais devem ser alvo de atenção específica, contemplando aspectos legais e gerenciais*” (Ministério do Meio Ambiente).

Por se tratar de uma área que fornece água para o abastecimento público das gerações atuais e futuras, as mesmas devem ser tratadas como unidades especiais de gestão, de forma a garantir a sobrevivência das populações.

O Estado do Paraná preocupado com os mananciais, estabeleceu em 1989 critérios para a proteção desta região o que contribuiu em muito na sua conservação. Contudo, com o surgimento de outras iniciativas no Paraná e no país a partir dos anos 90, é importante analisar a respectiva legislação no sentido de atualizá-la e incorporá-la aos novos mecanismos, especialmente com a polícia de recursos hídricos e seus instrumentos de gestão e com o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos.

A aplicação literal do que dispõe a Lei nº 8.935, de 1989, induz que as bacias hidrográficas e os mananciais de abastecimento abrangem praticamente porções inteiras de extensas bacias hidrográficas, quase na sua totalidade, como o caso do Rio Tibagi entre outras.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.018.079-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A partir do final da década de 90, novas políticas surgiram, muito especialmente a Política Estadual de Recursos Hídricos que forneceu novos fundamentos, diretrizes e objetivos e, principalmente novos instrumentos de gestão e um sistema de gerenciamento concebido na ótica da gestão compartilhada entre o poder público, os usuários dos recursos hídricos e a sociedade civil.

Com o surgimento dos Planos de Bacias Hidrográficas a partir da Política de Recursos Hídricos, na escala da bacia hidrográfica, os planos diretores no âmbito municipal e dos planos municipais de saneamento, é imperativo que a proteção dos mananciais de abastecimento leve em consideração os aspectos inerentes a estes mecanismos. Ao mesmo tempo a gestão das áreas de mananciais devem ser analisadas, especialmente com o surgimento dos comitês de bacias hidrográficas e sua importância na gestão das bacias.

Experiência neste sentido iniciou com a Lei que criou o Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, sobretudo incluindo atores envolvidos na gestão da região. Mesmo assim, esta norma necessita estar conectada com a Lei geral de conservação e gestão dos mananciais do Paraná e com a de recursos hídricos.

A lei dos mananciais de 1989 estabeleceu critérios de ocupação orientado pelos mecanismos de comando destas áreas. Passados aproximadamente 25 anos, as tendências do Paraná mudaram, com o surgimento de novas tecnologias de controle de contaminação e sobre as perspectivas de desenvolvimento do Estado, atualmente em análise com a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico.

O presente Projeto de Lei estabelece as diretrizes para a conservação, proteção e gestão dos mananciais de abastecimento público no Estado do Paraná, considerando a integração das diversas políticas, planos, programas e projetos que implicam nesta proteção, sobretudo as que são aplicadas no meio rural e urbano que incidem nas áreas de mananciais.

Nesta perspectiva o Estado do Paraná é pioneiro quanto ao desenvolvimento e práticas conservacionistas de manejo integrado de solo e água em microbacias, o que deve ser priorizado para as áreas de mananciais de abastecimento público. Ao mesmo tempo a Lei de Pagamento de Serviços Ambientais prioriza a aplicação em áreas de abastecimento público quando se trata de conservações dos recursos hídricos.

É imperativo que as diretrizes propostas para a conservação, planejamento e gestão dos mananciais sejam integralmente absorvidas na Política Estadual de Recursos Hídricos e no Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, tornando-se referência no país. Tanto que no presente projeto as áreas de mananciais passam a ser adotadas como unidades especiais de gestão das águas.

O projeto propõe que nas áreas de mananciais sejam restringidas às implantações de empreendimentos que provoquem alteração significativa na qualidade e quantidade das águas e prejudiquem o seu fornecimento às populações,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

resguardando o que era previsto na Lei nº 8.935, de 1989. Para tanto, para que estas restrições não sejam aplicadas de forma uniforme em toda uma bacia hidrográfica, estão sendo propostas áreas de influência de acordo com a área de abrangência nas bacias hidrográficas, classificando-as em área de influência direta, indireta e de entorno dos mananciais.

Esta regionalização é uma forma de atualizar os critérios tanto para a adequada gestão como controle efetivo das atividades que são potencialmente comprometedoras da qualidade de água. Ao mesmo tempo, o projeto insere critérios modernos frente a atualização tecnológica quanto à eliminação de contaminantes que possam comprometer a qualidade das águas.

Com este critério é possível proteger e conservar os mananciais, restringindo as atividades de forma progressiva e que não coloquem em risco o abastecimento público. Por este motivo, estão sendo criadas áreas de restrição, que protegem as águas de acordo com a distância e área de abrangência dos distintos mananciais no Estado.

No âmbito do planejamento dos mananciais é proposto o estabelecimento de mecanismos que possibilitem cenários futuros para todos os mananciais a médio e longo prazos para o Estado e para cada uma das grandes bacias hidrográficas, tanto quanto programas associados aos planos de bacias hidrográficas que encontram-se em fase de conclusão.

Do ponto de vista de responsabilidades para a gestão dos mananciais é estabelecida a instituição responsável pela gestão dos recursos hídricos e qual a função das instâncias colegiadas de participação pública, tanto o Conselho Estadual de Recursos Hídricos como os comitês de bacias hidrográficas e respectivas Gerências de Bacias Hidrográficas.

Quanto ao licenciamento e fiscalização ambiental são preservadas a atribuição do órgão estadual de licenciamento, tanto quando nas demais esferas, federal ou municipal, de tal forma que não ocorra o descontrole sobre a proteção dos mananciais de abastecimento público.

Um dos aspectos fundamentais para o êxito da conservação das áreas de mananciais é a sustentabilidade financeira que possa dar suporte permanente para a implementação de práticas para o manejo adequado do solo urbano e rural das áreas dos mananciais. Este processo poderá ser garantido pelas fontes de recursos dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos e o de Meio Ambiente, tanto quanto pelo pagamento por serviços ambientais e muito especialmente pela participação do municípios e dos serviços e empresas de saneamento.

O Anteprojeto prevê a adequação dos aspectos inovadores da Lei nº 12.248, de 1998 da Região Metropolitana de Curitiba, com o objetivo de ajustá-la aos critérios da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

É com este conjunto de propósito que o presente Anteprojeto de Lei foi concebido, de tal forma a possibilitar que a água nos mananciais de abastecimento sejam protegidas, conservadas e geridas com eficácia e eficiência, possibilitando que o Paraná avance rumo ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 721/2013, Mensagem nº 164/2013 na sua origem, de autoria do PODER EXECUTIVO que *“Dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais superficiais de abastecimento público e adota outras providências”*.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem governamental de nº 164/2013, protocolada perante a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no dia 03 de dezembro de 2013, e após a leitura em expediente convertido em Projeto de Lei nº 721/2013, contendo a seguinte súmula *“Dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais superficiais de abastecimento público e adota outras providências”*.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Poder Executivo a pretensa legislação objetiva estabelecer as diretrizes e normas para o planejamento, a conservação, e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com a finalidade de abastecimento público.

Aduz que por se tratar de uma área que fornece água para o abastecimento público há a necessidade de ser regulamentada a sua proteção, mencionando que o Estado do Paraná é pioneiro em preservar mananciais e similares, tanto o é que no ano de 1989 estabeleceu critérios, por intermédio da legislação, objetivando a proteção da região. Informa que no ano de 1990 surgiram outras iniciativas no



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Paraná e no Brasil, que obrigam a atualizar a atual legislação vinculada a matéria que trata o presente Projeto de Lei.

Explica, ainda, que a proposta traz as diretrizes para a conservação, proteção e gestão de mananciais de abastecimento público no Estado do Paraná, ao trazer a integração das diversas políticas, planos, programas e projetos que implicam na proteção almejada, sobretudo as que são aplicadas no meio rural e urbano que incidem nas áreas de mananciais.

Defende em sua proposta, que as diretrizes, trazidas pelo PL, sejam integralmente absorvidas na Política Estadual de Recursos Hídricos e no Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Na continuidade, defende que as áreas de mananciais sejam restringidas às implantações de empreendimentos que provoquem alteração significativa na qualidade e quantidade das águas prejudiquem o seu fornecimento às populações, resguardando o que até então era previsto na Lei 8.935/1989.

A proposta inviabiliza a adoção de restrições, de forma uniforme, em toda a bacia hidrográfica, passando a prever áreas de influência de acordo com a área de abrangência nas bacias hidrográficas, classificando-as em área de influência direta, indireta e de entorno dos mananciais.

Com esta argumentação, o Poder Executivo, pondera que o critério eleito na proposição possibilita proteger e conservar os mananciais, restringindo as atividades que são potencialmente comprometedoras da qualidade da água de forma progressiva, não colocando em risco o abastecimento público.

Neste contexto traz argumentos em relação ao âmbito de planejamento, responsabilidade para a gestão de mananciais, o licenciamento e fiscalização.

Pondera que com a adequação, ora trazida pelo PL, busca também de certa forma adequar os critérios da Política Estadual de Recursos Hídricos e do



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Sistema Estadual e Gerenciamento de Recursos Hídricos às inovações trazidas pela Lei 12.248/1998.

Por fim, houve o requerimento de se adotar o Regime de Urgência para a tramitação da matéria nesta Casa Legislativa, com fulcro no artigo 66, §1º da Constituição Estadual e do artigo 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

II - ANÁLISE E VOTO

Inicialmente, consigne-se que o despacho exarado pela Diretoria Legislativa, em relação ao Regime de Urgência, deve ser acolhido integralmente considerando que é impossível ser deferido o pedido de urgência, realizado na mensagem encaminhada a esta Casa Legislativa.

Há previsão regimental qual proíbe que se empregue o rito de tramitação de urgência quando faltar apenas vinte (20) dias ou menos para o término da Sessão Legislativa, consoante ao artigo 184 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP):

“Art. 184. Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais forem requeridas urgências por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.”

Logo, considerando que a presente proposição não se enquadra em nenhuma das hipóteses referendadas no artigo mencionado, o qual tenho que é taxativo, se torna ilegal o deferimento do pedido de urgência ora realizado.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Passo assim para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação ao proponente (PODER EXECUTIVO), inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

A matéria abarcada no presente Projeto de Lei é de competência concorrente da União, dos Estados membros e do Distrito Federal, conforme se verifica na própria Constituição Federal, nos termos do artigo 24, inciso VI, o qual menciona:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente controle da população." (grifo meu)

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

³ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Ainda, com relação a competência, registre-se que não há previsão constitucional de que a matéria seja reservada a qualquer dos três Poderes e portanto não havendo qualquer óbice legal.

No mesmo sentido, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/04/01.

Em relação a constitucionalidade material, a mesma é evidente ao passo que a própria Constituição Estadual garante o direito de o cidadão/indivíduo ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, senão vejamos:

'Art. 207. Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e uso racional dos recursos ambientais.'

Ora a proposição em análise busca justamente a preservação das áreas de manancias, das quais inclusive é captada a água para o fornecimento a população, cumprindo exatamente o que a Constituição determina quando impõe ao Estado defender e preservar o ecossistema para as gerações presente e futuras.

Toda alteração na legislação traz impactos aos tutelados, tanto positivos como negativos e para tanto deve-se analisar criteriosamente se fora observada a razoabilidade bem como a supremacia do interesse público sobre o privado.

In casu, as novas disposições que se busca inserir no ordenamento jurídico estadual são razoáveis e de mesma forma há a supremacia do interesse público



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

sobre o privado, estando a proposta em perfeita consonância com os requisitos exigidos para a aprovação da medida.

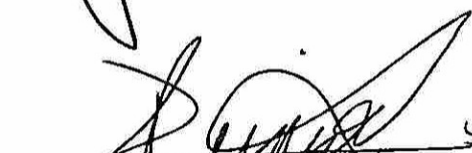
É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 721/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL ora apresentado, com a ressalva que o pedido de urgência, formulado quando da apresentação do PL, deve ser rejeitado considerando o despacho de fls.12 e as razões expostas neste parecer.

Sala das Comissões, 11 de Dezembro de 2013


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 721/2013

Dispõe sobre a proteção e gestão de mananciais de
abastecimento público e adota outras providências.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art.1º- Esta lei estabelece diretrizes e normas para o planejamento, a conservação e a gestão de bacias hidrográficas cujos corpos de água sejam outorgados com

a finalidade de abastecimento público.

§1º Para efeito desta lei, definem-se mananciais de abastecimento público as águas interiores, superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes ou em depósito, em reservatórios naturais ou artificiais, efetiva ou potencialmente utilizáveis para o abastecimento público, compreendendo a totalidade ou porções de uma bacia hidrográfica.

§2º Os corpos de água outorgados para fins de abastecimento público deverão ser enquadrados no mínimo como Classe 2 definidas pela Resolução nº 357/05, ou outra norma que venha substituí-la, a exceção das regiões metropolitanas, nas quais se permite enquadramento na Classe 3.

§3º A presente lei se aplica a qualquer tipo de uso e ocupação do solo que possa interferir na qualidade da água dos corpos hídricos classificados como mananciais de abastecimento público.

§4º Esta lei também se aplica a empreendimentos imobiliários, seja na forma de loteamentos, ou na modalidade de condomínios edilícios.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



§5º- Nos reservatórios criados para a finalidade de abastecimento público deverão ser adotadas medidas de proteção para garantir a qualidade hídrica do mesmo, preferencialmente devendo ser adotados no momento da criação dos citados reservatórios uma das modalidades de unidade de conservação previstos no sistema nacional de unidades de conservação – SNUC.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES E FUNDAMENTOS

Art. 2º - As áreas de mananciais de abastecimento público são prioritárias para a aplicação dos princípios do pagamento por serviços ambientais, bem como na aplicação de práticas conservacionistas nas áreas agrícolas.

Art. 3º - As ações para a conservação e gestão das áreas de mananciais de abastecimento público devem estar integradas com a política estadual de recursos hídricos e o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, e articuladas com os Comitês de Bacia Hidrográfica e os Planos de Bacia Hidrográfica.

Art. 4º - As áreas urbanas e periurbanas compreendidas nas bacias de mananciais de abastecimento público deverão ser regidas por diretrizes especiais nas leis municipais de uso e ocupação do solo e as diretrizes das Coordenações de Regiões Metropolitanas.

Parágrafo único – Os municípios e as coordenações das regiões metropolitanas deverão observar a legislação nacional e estadual, e em especial esta lei, no momento da elaboração de suas leis e normas.

Art. 5º – As empresas concessionárias de saneamento básico deverão dispor de Planos de Contingência para o caso de acidentes ambientais.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS MANANCIAIS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Art. 6º – A revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos deverá conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros.

Art. 7º– Os Planos de Bacia Hidrográfica deverão conter capítulo específico sobre a gestão e proteção de mananciais de abastecimento público, atuais e futuros, na sua área de abrangência.

Art. 8º - A gestão das águas, conforme legislação específica, nas áreas de manancial são de responsabilidade dos órgãos que compõem o sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Art. 9º - A gestão das áreas de manancial serão executadas pelos municípios e, quando houver, pelas Coordenações das Regiões Metropolitanas.

§ 1º – Os gestores deverão observar as condicionantes estabelecidas nesta lei bem como as diretrizes estabelecidas pelos Comitês de Bacia e demais membros do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, no que concerne à qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

§ 2º - Os municípios deverão, no momento da edição dos seus planos diretores, ou leis de zoneamento e uso e ocupação do solo, ou mesmo na revisão destas legislações, previamente ouvir o Comitê de Bacia correspondente a sua área.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS DE MANANCIAIS E ATIVIDADES PERMITIDAS

Art. 10 - As bacias hidrográficas destinadas a captação de água para abastecimento público ficam divididas, de acordo com a área a montante da seção de captação, em:

§1º Áreas de proteção com restrição Tipo 1: compreende áreas de até 20km² a montante da seção de captação;

§2º Áreas de proteção com restrição Tipo 2: compreende áreas acima de 20 km² e até 50km² a montante da seção de captação;

§3º Áreas de proteção com restrição Tipo 3: compreende áreas acima de 50km² e até 150km² a montante da seção de captação;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



§4º Excetuam-se das restrições deste capítulo as atividades agropecuárias.

Art. 11- Para as áreas de proteção com restrição Tipo 1 é permitida a instalação das seguintes atividades:

I. Industriais:

- a. Indústrias sem geração de efluentes líquidos no processo industrial;
- b. Indústrias sem lançamento de esgoto sanitário dentro da área de proteção;
- c. Indústrias sem geração de resíduos sólidos perigosos no processo industrial;
- d. Indústrias sem armazenamento e movimentação de produtos químicos.

II – empreendimentos imobiliários, desde que não haja lançamento de efluentes dentro da área de proteção ou dotadas de rede de coleta com tratamento de esgotos e estes lançados fora da área de restrição Tipo 1, condicionado a manter o corpo de água na classe em que o mesmo tenha sido enquadrado.

III – Habitações unidomiliares e multifamiliares;

Parágrafo Único: as atividades não descritas neste artigo, deverão ao solicitarem licenciamento, comprovarem a inexistência de risco de contaminação da bacia, e a inexistência de risco de mudança de classe do corpo hídrico.

Art. 12 - Para as áreas de proteção com restrição Tipo 2 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado;

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado;

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Art. 13 - Para as áreas de proteção com restrição Tipo 3 são permitidas as seguintes atividades:

I – empreendimentos imobiliários, desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado, após a zona de mistura definida de acordo com estudo específico.

II – empreendimentos industriais, desde que, após adequado tratamento de efluentes, o curso de água permaneça na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado, após a zona de mistura definida de acordo com estudo específico.

III – outros empreendimentos desde que o lançamento de efluentes após tratamento adequado, mantenha o corpo de água na Classe em que o mesmo tenha sido enquadrado, após a zona de mistura definida de acordo com estudo específico.

Art. 14 - Os critérios referentes à disposição final de efluentes, após tratamento, mediante disposição final em solo, nas áreas de proteção com restrição de tipo 2 e 3, dependerá de resolução conforme critérios estabelecidos pelo CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos), e pelo CEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), e observados os critérios das normas nacionais.

CAPÍTULO V

DOS MANANCIAIS FUTUROS

Art. 15 – O processo de aprovação de futuros mananciais de abastecimento público deverá seguir a tramitação abaixo descrita:

§1º A entidade concessionária de saneamento básico deverá apresentar solicitação de interesse e submeterá o processo ao Comitê de Bacia Hidrográfica competente.

§2º Após aprovação do Comitê de Bacia Hidrográfica, o Instituto das Águas do Paraná emitirá uma outorga prévia e remeterá o processo ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP para emissão de Licença Prévia.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



§3º Após a emissão da outorga prévia, o uso da água como manancial de abastecimento público estará sujeito à cobrança pelo direito de uso da água, conforme critérios estabelecidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

§4º Áreas de interesse de mananciais, já estabelecidos em Decretos Estaduais como futuros mananciais de abastecimento público, também estarão sujeitas aos critérios constantes deste artigo.

§5º O monitoramento qualitativo e quantitativo dos mananciais futuros será feito a expensas da entidade outorgada e remetido periodicamente ao Instituto das Águas do Paraná e ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, sendo que a periodicidade e os critérios serão previstos em resolução.

§ 6º - Nas Regiões Metropolitanas em que houver o Conselho Gestor de Mananciais – CGM, a entidade concessionária de saneamento básico deverá, antes de iniciado o procedimento previsto nos parágrafos anteriores, submeter o pedido ao CGM para anuência prévia.

§ 7º - O Instituto das Águas do Paraná deverá, anualmente, publicar em sítio da internet o mapa contendo as áreas de manancial de abastecimento público, atuais e futuros, com as tipologias previstas nesta lei.

CAPÍTULO VI

DAS SANÇÕES

Art. 16 –Independente das sanções já previstas em lei, o descumprimento das normas previstas nesta lei implicará ao infrator as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Embargo, suspensão imediata das atividades, ou demolição;

III – Multa.

§1º As penalidades podem ser aplicadas em separado ou em conjunto, sendo os valores e o procedimento objeto de decreto regulamentador.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



§2º Em todas as situações, o Instituto das Águas do Paraná deverá elaborar um termo de ajuste de conduta com o infrator com prazos e procedimentos para a regularização, bem como a reparação do dano que porventura tenha acontecido, agravado nos casos de paralização total ou parcial dos serviços de abastecimento público de água.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 17. Fica alterado o artigo 3º Lei 12.248, de 31 de julho de 1998, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Sistema instituído por esta Lei será coordenado pelo Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -SEMA, com a participação dos municípios e dos demais agentes intervenientes em ações de proteção aos mananciais públicos e privados, que terão em conjunto, papel de implementar esta Lei e as políticas aprovadas pelo Comitê de Bacia Alto Iguaçu/Alto Ribeira, e pelo Conselho previsto no inciso I do art. 2º desta lei."

Art. 18. Ficam revogados os artigos 17, 23 e 24 da Lei 12.248, de 31 de julho de 1998.

Art. 19. Os empreendimentos, obras, e demais atividades existentes nas áreas de proteção previstas nesta lei deverão apresentar plano de adaptação com o órgão licenciador em até 24 meses a contar da data de sua publicação.

Art. 20 – Esta lei será regulamentada, em até 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Art. 21 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a lei nº 8.935/89.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR

11/12/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

18 MAR 2014

Sumula: Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 19 de março, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 721/13, com diminuição de interstício entre as sessões.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, com fulcro nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, requerem a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, do dia 19 de março, próxima quarta-feira em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 721/13, oriundo da Mensagem nº 164/13, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 18 de março de 2014

ALEXANDRE CURI

Deputado Estadual - PMDB

Assinaturas dos deputados: (1) Acors, (2) Nelson Wexler, (3) Jones G., (4) F. B. B. B., (5) F. B. B. B., (6) F. B. B. B., (7) F. B. B. B., (8) F. B. B. B., (9) F. B. B. B., (10) F. B. B. B., (11) F. B. B. B., (12) F. B. B. B., (13) F. B. B. B., (14) F. B. B. B., (15) F. B. B. B., (16) F. B. B. B., (17) F. B. B. B., (18) F. B. B. B.

... PROJETO DE LEI Nº 115/14

Súmula: Autoriza o aumento do capital social da SANEPAR mediante inclusão de cláusula de capital autorizado e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica o Estado do Paraná, acionista controlador da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, autorizado, nos termos do inciso XX, do art. 87, da Constituição do Estado do Paraná, a propor e aprovar alteração do Estatuto Social da empresa, nos termos do art. 168 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º A SANEPAR fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), mediante a emissão de ações preferenciais que serão objeto de oferta pública de distribuição.

§ 2º O órgão responsável pela deliberação acerca da autorização indicada no § 1º, bem como todas as demais matérias relacionadas aos aumentos de capital no âmbito do capital autorizado, inclusive a fixação do preço de emissão das ações, é o Conselho de Administração da SANEPAR.

§ 3º Fica autorizada a exclusão do direito de preferência dos acionistas, ou a redução do prazo para seu exercício, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração da Sanepar, em conformidade com a alínea d do § 1º do art. 168 e do inciso I do art. 172 da Lei Federal nº 6.404, de 1976.

Art. 2º Fica o Estado do Paraná autorizado a adotar todas as medidas necessárias para fins de enquadramento da SANEPAR no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Nível 2” e “BM&FBOVESPA”, respectivamente) de forma a assegurar, dentre outros direitos e requisitos aplicáveis em conformidade com o disposto no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”):

I – A manutenção em circulação de uma parcela mínima de 25% do capital social sem comprometimento da posição de controle do Estado do Paraná;

II – A impossibilidade de cumulação de cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração, com um período de carência de três anos para atendimento desta regra;

III – A obrigatoriedade de buscar dispersão acionária quando da realização de ofertas públicas de distribuição de ações;

IV – A concessão de direito de voto às ações preferenciais em matérias específicas, em conformidade com o Regulamento do Nível 2, sem comprometer a posição de controle do Estado do Paraná;

V – A obrigatoriedade de lançar oferta pública de aquisição das ações em circulação em caso de saída do Nível 2 ou cancelamento de registro, nos termos de lei específica, cujo preço da oferta será fixado com base no valor econômico da ação, apurado em laudo de avaliação;

VI – A extensão, para os acionistas minoritários, titulares de ações preferenciais ou ordinárias, das mesmas condições obtidas pelos controladores na hipótese da venda do controle da Companhia;

VII – A manifestação do Conselho de Administração em caso de proposta de aquisição de controle da Companhia;

VIII – A adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos societários.

Art. 3º Fica também autorizado o Estado do Paraná a adotar todas as medidas necessárias para a implementação do disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei, podendo:

I – propor e aprovar reforma do Estatuto Social para adequação às cláusulas mínimas previstas no Regulamento do Nível 2, bem como outras cláusulas e condições exigidas pela BM&FBOVESPA para tal listagem;

II – comparecer e votar favoravelmente nas assembleias gerais e especiais de acionistas necessárias para aprovar:

(a) o estabelecimento de capital autorizado nos termos do artigo 1º desta Lei;

(b) a alteração das atuais preferências e vantagens conferidas às ações preferenciais de emissão da SANEPAR em razão de sua adesão ao Nível 2; e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

(c) a adesão da SANEPAR ao Nível 2 mediante celebração do Contrato de Participação do Nível 2, e a reforma de seu Estatuto Social nos termos do inciso I deste artigo;

III – firmar o Contrato de Participação no Nível 2 com a BM&FBOVESPA.

Art. 4º Fica alterado o artigo 4º da Lei Estadual nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º O Estado do Paraná manterá a titularidade de no mínimo 60% das ações ordinárias da SANEPAR.”

Art. 5º Fica revogado o artigo 5º da Lei Estadual nº 4.684, de 1963.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Lei 4684 - 23 de Janeiro de 1963

Publicado no Diário Oficial nº. 263 de 24 de Janeiro de 1963

(vide Lei 5223 de 28/12/1965)

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação social de COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO PARANÁ - AGEPAR e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação social de COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO PARANÁ - AGEPAR - destinada a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços públicos do abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, bem como promover o saneamento básico do Estado.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada à exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, ficando autorizada, para os fins acima, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.

(Redação dada pela Lei 12403 de 30/12/1998)

Parágrafo único. A AGEPAR operará diretamente ou através de subsidiárias que organizar, após prévia autorização do Governo, expressa em decreto do Poder Executivo.

Art. 2º. O Governo do Estado subscreverá, no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) da totalidade das ações que constituirão o capital inicial da AGEPAR, e o integralizará com os seguintes recursos:

- a) O Fundo de Água e Esgotos - F.A.E. - a que se refere o artigo 10.
- b) Os auxílios que receba para os serviços de água e esgotos.
- c) Quaisquer outros recursos previstos em lei.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, para efeito de constituição de seu capital social, a incorporar ao capital da AGEPAR bens e direitos que integram o acervo patrimonial do Departamento de Água e Esgotos, o qual, inclusive, poderá ser reestruturado ou extinto.

§ 2º. O valor dos bens e direitos aludidos no parágrafo anterior será fixado por avaliação na forma do Decreto-Lei nº. 2.627, de 26 de dezembro de 1.940. (Lei das sociedades por ações).

Art. 3º. O Secretário de Viação e Obras Públicas, será o representante do Governo do Estado nos atos constitutivos da AGEPAR, o qual promoverá:

- a) a avaliação dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital do Estado;
- b) a organização dos Estatutos da Sociedade;
- c) o plano de transferência dos bens do D.A.E. que compõem as instalações e serviços empregados no fornecimento de água e captação de esgotos sanitários.

Art. 4º. O Governo do Estado poderá desfazer-se das ações de sua propriedade que excedam 51% do capital social da AGEPAR, vendendo-as por valor não inferior ao nominal, à pessoas jurídicas de direito público interno e à pessoas jurídicas de direito privado brasileiras, neste caso até 20% do respectivo capital.

Art. 5º. Fica concedida à AGEPAR isenção de todos os impostos e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência do Estado, que se entenderá com as outras entidades de direito público, solicitando-lhe, na esfera de sua competência tributária, os mesmos favores para a sociedade.



Art. 6º. À AGEPAR fica assegurado o direito de promover desapropriação ou estabelecer servidão, nos termos de legislação em vigor, depois de declarada a respectiva utilidade pública pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. A AGEPAR não prestará gratuitamente ou com abatimento os seus serviços, salvo os casos expressos previstos em Lei.

Art. 8º. Os serviços prestados pela AGEPAR serão remunerados através de tarifas, reajustáveis periodicamente, de modo a que atendam, no mínimo, à amortização do investimento já efetuado, os custos de operação e de manutenção e o fundo de reserva para o financiamento da expansão.

Parágrafo único. A fixação, revisão e modificação das tarifas será efetuada, por proposta da AGEPAR, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, na forma que dispuser o decreto que regulamentará esta Lei.

Art. 9º. A Secretaria de Viação e Obras Públicas ...vetado... cabendo-lhe fiscalizar o funcionamento da empresa e os serviços por ela prestados, de modo a garantir a sua efetividade, regularidade e qualidade técnica.

Art. 10. Fica constituído um fundo de natureza contábil, denominado FUNDO DE ÁGUA E ESGOTOS - FAE, destinado a prover recursos para a integralização do capital de que trata o Artigo 2º, desta Lei, bem como para a execução dos serviços que incumbem à AGEPAR.

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

Art. 11. O FUNDO DE ÁGUA E ESGOTOS será constituído pelos seguintes recursos:

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

a) 2% (dois por cento), no mínimo, da receita tributária do Estado a partir do exercício financeiro de 1.963, inclusive;

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

b) dotações do orçamento do Estado e créditos adicionais destinados a obras e serviços de água e esgotos do Estado;

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

c) juros de recursos do FUNDO, depositados em estabelecimentos bancários;

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

d) reversão de quantias aplicadas pelo FUNDO;

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

e) recursos não reembolsáveis, provenientes da União, dos Municípios e de outras fontes.

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

Parágrafo único. Os recursos de que trata este Artigo, serão recolhidos ao Banco do Estado do Paraná S.A., em conta especial denominada FUNDO DE ÁGUA E ESGOTOS - FAE, à ordem da AGEPAR.

(Revogado pela Lei 6318 de 20/09/1972)

Art. 12. Os recursos do FUNDO DE ÁGUA E ESGOTOS - FAE, inclusive receitas futuras, poderão ser aplicados como garantia de empréstimos de qualquer natureza, contratos para a realização dos fins mencionados no Artigo 1º, desta Lei, bem assim em convênios com entidades públicas ou particulares.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até a importância de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender à participação inicial do Estado na formação do Capital da AGEPAR.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

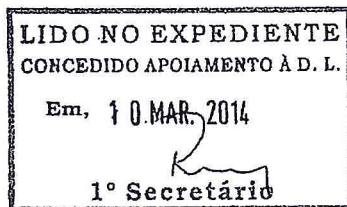
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de janeiro de 1.963.

Ney Braga

Alípio Ayres de Carvalho

Algacyr Guimarães

Vêspero Mendes



MENSAGEM
Nº 010/2014

Curitiba, em 10 de março de 2014.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 10/03/2014

Senhor Presidente

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que tem por finalidade autorizar o aumento de capital da empresa SANEPAR – COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, mediante introdução de cláusula de capital autorizado e outros ajustes necessários, de modo que os valores mobiliários emitidos pela empresa sejam enquadrados e negociados nos mais elevados níveis de governança corporativa do mercado.

A presente proposição atende, ainda, ao interesse público considerando:

1. a possibilidade de maximização do valor dos papéis mobiliários emitidos pela empresa e a correspondente ampliação do potencial de capitalização da sociedade de economia mista de forma a valorizar os ativos do Estado do Paraná;

2. a melhor alocação dos ativos titulados pelo Estado do Paraná na SANEPAR de forma a garantir não apenas a qualidade dos serviços ofertados pela empresa, como também investimentos nos setores mais sensíveis para os cidadãos paranaenses;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/

3. a garantia de manutenção da condição de acionista controlador do Estado do Paraná concomitante à ampliação das formas de financiamento da atividade desenvolvida pela empresa.

Por outro lado, a autorização que se pretende não atinge a posição de controle do Estado do Paraná, uma vez que envolverá a emissão exclusiva de ações preferenciais que não integram o grupo de ações que garantem o controle público.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 5223 - 28 de Dezembro de 1965

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 242 de 29 de Dezembro de 1965

Súmula: Incorpora ao Imposto de Vendas, Consignações e Transações, as alíquotas dos Empréstimos Compulsórios instituídos pela Lei nº. 4.529, de 12/1/62 e pela Lei nº. 4.826, de 20.2.64 e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. As alíquotas dos empréstimos compulsórios, instituídos pela Lei nº. 4.529, de 12 de janeiro de 1962 e pela Lei nº. 4.826, de 20 de fevereiro de 1964, ficam incorporadas à do Imposto de Vendas, Consignações e Transações.

Art. 2º. A alíquota da Taxa de Eletrificação, criada pela Lei nº. 1.384, de 10 de novembro de 1953, fica adicionada à do Imposto de Vendas, Consignações e Transações.

Art. 3º. Da receita produzida anualmente pela arrecadação do Imposto de Vendas, Consignações e Transações até 30% (trinta por cento), serão destinados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná e até 7% (sete por cento) ao Fundo de Eletrificação do Estado.

Art. 4º. As vinculações da receita tributária determinadas pelas Leis nº.s 4.617, de 16 de julho de 1962, 2.283, de 30 de novembro de 1954, 4.599, de 2 de julho de 1962, 4.684, de 23 de janeiro de 1963, bem como a relativa ao Convênio firmado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, continuarão a ser calculadas sobre a alíquota do Imposto de Vendas e Consignações, estabelecida pela Lei nº. 4.074, de 1º. de setembro de 1959.

Art. 5º. Fica revogado o art. 21, da Lei nº. 4.697, de 28 de fevereiro de 1963.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 28 de dezembro de 1965.

Algacyr Guimarães

Felipe Aristides Simão

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 12403 - 30 de Dezembro de 1998

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5405 de 30 de Dezembro de 1998

Súmula: Dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 1º, da Lei nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada à exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, ficando autorizada, para os fins acima, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas."

Art. 2º. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sanepar perceberão, pelo exercício de seus mandatos, a remuneração que lhes for atribuída pela Assembléia Geral, na forma da lei federal que dispõe sobre as sociedades por ações.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

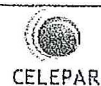
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 6318 - 20 de Setembro de 1972

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 142 de 25 de Setembro de 1972

(vide Lei 10136 de 16/11/1992)

Súmula: Solicita autorização para destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE - PR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE - PR, constituído em convênio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, na conformidade com o que preceitua o Decreto Lei Federal de nº 949, de 13 de outubro de 1969.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão constituídos por:

I - dotações concedidas no orçamento anual ou através de créditos suplementares ou especiais;

II - recursos provenientes de operações de crédito que o Governo do Estado seja Mutuário, desde que as obrigações financeiras decorrentes não onerem o FAE - PR;

III - retornos das aplicações do Fundo, bem como com os resultados obtidos;

IV - outros recursos de qualquer origem, que lhe forem destinados, desde que não onerem o FAE - PR.

Art. 2º. Consideram-se como integralizados pelo Estado os valores aplicados à conta do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos - FAE - PR a partir de 15/09/69, devendo seus resultados financeiros serem incorporados ao citado Fundo.

Parágrafo único. O FAE - PR, terá individualização contábil e Gestão Autônoma.

Art. 3º. Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante Decreto, a Gestão do FAE - PR, bem como a designar o respectivo Órgão Gestor.

Art. 4º. Os recursos consignados no orçamento estadual à conta do Fundo de Água e Esgotos - FAE, criado pela Lei nº 4.684, de 23/01/63, relativo ao corrente exercício, são transferidos ao FAE - PR e a ele se incorporarão para todos os efeitos e fins do que dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 1º da presente Lei, ficando excluídos os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar como Taxa de Administração constante da dotação 72-7.7-61-08-0 Código 1.2.01.

Art. 5º. Fica extinto o Fundo de Água e Esgotos FAE, criado pela Lei nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963 devendo seus direitos e obrigações, com exceção do que tratam os artigos 2º e 4º, serem transferidos para todos os efeitos e fins à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, podendo o Patrimônio Líquido do FAE, ser incorporado à Sanepar e/ou destinado para integralização do FAE - PR, na conformidade do que dispõe o inciso IV do parágrafo único do artigo 1º da presente Lei.

Art. 6º. A Sanepar poderá suspender o abastecimento de água do imóvel, independentemente de nova notificação, quando a conta não for paga até a data de seu vencimento, bem como em outros casos previstos em regulamento.

Art. 7º. As contas da Sanepar serão emitidas para cada ligação às redes de água e de esgotos

sanitários, independente do número de economias atendidas.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 10 e 11, da Lei nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de setembro de 1972.



Pedro Viriato Parigot de Souza
Governador do Estado

Maurício Schulman
Secretário da Fazenda

Osiris Stenghel Guimarães
Secretário de Viação e Obras Públicas

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

topo





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 115/2014

Projeto de Lei nº. 115/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 010/2014

Autoriza o aumento do capital social da Sanepar mediante inclusão de capital autorizado e dá outras providências.

EMENTA: AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL DA SANEPAR. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. ART. 65 E 87, XX DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. TÉCNICA LEGISLATIVA. LC FEDERAL 95/1998. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o aumento do capital social da Sanepar, mediante introdução de cláusula de capital autorizado, de modo que os valores mobiliários emitidos pela empresa sejam enquadrados e negociados nos mais elevados níveis de governança corporativa do mercado.

VISTA EM 11/03/2014

Scorvaca, Tadeu
ccj



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, Aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Dessa forma, resta evidenciado que o Governador é competente para apresentar projetos de lei.

Ademais, insta ressaltar que a matéria objeto da presente proposição é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual. Nesse sentido, estabelece o art. 87, XX da Constituição Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

XX - mediante autorização da Assembleia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresa pública, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

O presente projeto tem como objetivo buscar a autorização da Assembleia Legislativa para aumentar o capital social da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Sanepar (sociedade de economia mista), exatamente como previsto na norma supracitada.

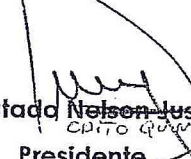
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Diante disso, restou evidenciada a constitucionalidade e a legalidade da proposição.

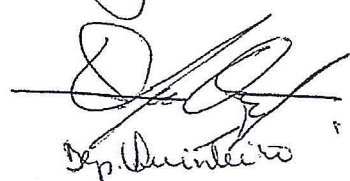
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 11 de março de 2014.


Deputado Nelson Justus
CD 100 - GOV. JANA
Presidente

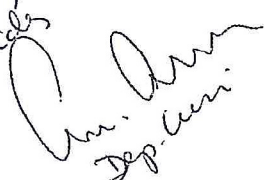

Deputado Ademar Traiano
Relator


Dep. Quinteiro
APROVADO
12/03/14


Dep. Turini


Dep. Leupion


Dep. Peres


Dep. Scavocco

Dep. Luri

REQUERIMIENTO

1 - RECEBIDO

II – PROTOCOLE-SE

III – DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV – AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

18 MAR 2014

Sumula: Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 19 de março, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 115/14, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima quarta-feira, dia 19 de março, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 115/14, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 18 de março de 2014.

SCANDAVACA (18)

Account
Plato
17
15

FRANK

ALCEU MASON

DR. BATISTA (3)

Ney 10

9. 20%

Dr. (3)

~~Edson Praczyk~~

4 Dp.

5. Намина
Бонеров
(13)

A hand-drawn diagram of a wing. A diagonal line separates the wing into two parts. The upper part is labeled '10' and contains a scribbled area. The lower part is labeled '11' and contains a scribbled area. A line points from the label '12' to the lower part of the wing. The word 'Wings' is written on the left side of the diagram.

⑧ ALERMONTE

⑤

⑦

⑤

[Handwritten signature]

⑥